

ESTUDOS E METODOLOGIAS DE PESQUISAS SOBRE AS ELITES

STUDIES AND RESEARCH METHODS ON ELITES

Mariana Gené*
Igor Gastal Grill**
Miguel Serna***

Introdução

Existem muitas abordagens e metodologias utilizadas para o estudo de elites políticas, e esta coletânea é uma prova disso. Reunindo trabalhos de pesquisadores e pesquisadoras de diferentes países (Argentina, Brasil, Uruguai e França), o presente dossiê oferece uma amostra da pluralidade de perspectivas, dos avanços conquistados nas investigações e do estado da arte acerca das questões atuais referentes às minorias dirigentes, suas características e práticas.

Dois apontamentos iniciais são importantes. Por um lado, as discussões aqui realizadas se inscrevem em uma tradição de estudos já retomada pelos coordenadores deste dossiê (Nercessian; Robles-Rivera; Serna, 2023; Vommario; Gené, 2018; Grill;

Reis, 2016) e a temática foi privilegiada na Revista Pós Ciências Sociais/REPOCS em diferentes momentos de sua história (v. 17, n.ºs 33 e 34, 2020; v. 12, n.º 23, 2015; v. 8, n.º 15, 2011).

Por outro lado, trata-se aqui de fortalecer o programa de pesquisas promovendo mais um espaço de análise e aglutinação de especialistas vinculados a redes consistentes de cooperação e de interlocução. Neste caso, em primeiro lugar, ressalta-se que esta iniciativa foi concebida como oportunidade de repercutir o andamento do Projeto de Cooperação Internacional “Grupos dirigentes e domínios políticos na América Latina: o trabalho de representação de interesses em múltiplas escalas”, liderado desde o PP-GCSoc/UFMA e financiado pelo CNPq (Chamada 14/2023). Nos marcos de uma socio-

* Universidad Nacional de San Martín (UNSAM), Buenos Aires, Argentina. E-mail: mgene@unsam.edu.ar. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7699-7121>.

** Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, MA, Brasil. E-mail: igor.grill@ufma.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4285-9684>.

*** Universidad de la República (UDELAR), Montevideo, Uruguai. E-mail: miguel.serna@cienciassociales.edu.uy. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0157-4877>.

logia política, voltada à apreensão dos condicionantes e lógicas de ocupação de altas posições de poder – que impactam material e simbolicamente o conjunto das sociedades –, a proposta mais ampla tomou como foco central o fortalecimento das conexões profícuas entre investigadores e investigadoras que examinam processos de seleção e formas de atuação de grupos dirigentes em diferentes países da América Latina (Grill; Reis, 2023). Em segundo lugar, enfatiza-se a continuidade dos elos existentes entre componentes das instituições parceiras (UFMA, UDELAR e UNSAM) no âmbito do Grupo de Trabalho do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais/CLACSO sobre “Elites empresariais, estado e desigualdade” (2022-2025), que deu prosseguimento ao trabalho bem-sucedido realizado em sua primeira edição (2019-2022), cuja temática geral foi “Elites empresariais, estado e dominação”.

É também pertinente salientar que encontramos neste fascículo um conjunto de artigos, com investigações muito recentes, e resenhas, sobre livros publicados nos últimos anos, contemplando, no mínimo, três grandes eixos temáticos: profissionalização das elites políticas; elites políticas e estruturas de poder; e metodologias de pesquisa atinentes aos estudos de elites, seus alcances e limites. Por esse motivo, vamos percorrer um pouco mais atentamente sobre cada um deles.

1. Profissionalização das elites políticas

Desde suas reflexões pioneiras sobre a profissionalização política, Weber se referiu àqueles que vivem da política e para a política como políticos profissionais. Obviamente, essas duas formas não são mutuamente exclusivas, embora não andem necessariamente juntas. Viver “para” a política significa, em um sentido íntimo, fazer

dela a própria vida, desfrutar do exercício do poder e dar sentido à própria existência, colocando-a a serviço de “algo”; enquanto viver “da” política significa fazer dela uma fonte duradoura de renda (Weber, 2002). A sociologia realista de Weber tem a vantagem de nos lembrar que os políticos profissionais lutam tanto por ideias como por cargos, e que eles fazem isso de diferentes maneiras e em momentos históricos distintos. Mas a noção de *profissão*, no sentido comum, é problemática, quando utilizada para designar os políticos. Verificam-se múltiplas resistências no próprio meio, quer dizer, os protagonistas do jogo político tendem a preferir as ideias de “vocação” ou “missão” (Offerlé, 2011). No limite, ao menos em algumas configurações, parece inconfessável para os políticos que eles exercem uma profissão (Damamme, 1999). Mas a ideia é igualmente polêmica entre analistas e leigos. Ou seja, enquanto alguns atribuem à abertura e à circulação de ocupantes de mandatos um valor positivo na democracia, outros reivindicam a necessidade de mais e melhor treinamento das elites governantes.

De qualquer forma, a definição de um político profissional é elusiva. Como Sébastien Michon e Étienne Ollion (2018) demonstraram, além da definição clássica de Weber, as pesquisas em sociologia política que mobilizam a noção de *profissionalização* costumam lhe conferir, pelo menos implicitamente, três significados diferentes. Os “profissionais políticos” podem ser definidos em termos: de sua longevidade no campo político; de sua extensa carreira e da multiplicidade de cargos de responsabilidade assumidos; ou ainda se referindo ao conhecimento prático e ao *ethos* específico dos agentes. Longe de buscar uma “definição canônica”, a proposta é assumir a perspectiva sócio-histórica como fortemente

adequada para enfrentar o desafio de traçar o percurso do rótulo, as lutas por sua definição, as lições aprendidas no caminho e a maneira subjetiva de significá-lo (Offerlé, 2011), nas distintas configurações nacionais e regionais.

Nesse aspecto, diferentes artigos deste dossiê nos permitem aprofundar nossa compreensão dos níveis de profissionalização das elites políticas (ou da falta dela) em diferentes escalas e realidades históricas. Offerlé, na tradução do longo posfácio da nova edição de 2017 de seu já clássico livro “La profession politique”, publicado originalmente em 1999; Gené, estudando as novas elites que ocuparam o poder executivo com a chegada da força de direita radical de Javier Milei à presidência argentina em 2023; bem como Ortiz de Rozas e Rodrigues Vacari de Arruda, investigando a relação entre política e território por meio das trajetórias e práticas das elites políticas subnacionais.

As vias de “entrada na política” têm atraído a atenção de vários estudos (Lévêque, 1996; Offerlé; Sawicki, 1996; Levita, 2019), que buscam compreender as características e particularidades de uma carreira singular, cujos canais e capitais de entrada variaram na longa história da profissionalização política. Ou seja, os trabalhos examinam “o surgimento, muitas vezes concomitante à estabilização do sufrágio ‘universal’ (primeiro masculino), de uma categoria de agentes especializados e profissionalizados na conquista e no exercício de um tipo particular de poder, o poder político” (Offerlé, 2011, p. 85). Em seu artigo “A profissionalização política em questão”, Michel Offerlé retorna quase vinte anos depois aos achados e às questões apresentadas em “La profession politique”, e faz um ambicioso inventário das obras publicadas no século

XXI sobre essas questões, principalmente na França. No manuscrito, o autor mapeia as apostas cruzadas acionadas para defender ou contestar as diferentes formas de exercer a profissão política ao longo do tempo. O que lhe permite refletir sobre transformações mais recentes decorrentes da afirmação da mídia digital, da incursão de “magnatas” na política e da ascensão de líderes políticos disruptivos em diferentes países.

Offerlé também analisa as diferentes agendas de pesquisa em torno dos processos de profissionalização (no plural), isto é, abrangendo: a produtividade de considerar a política como uma profissão (embora de um tipo singular) com as ferramentas da sociologia das profissões; as formas clássicas e renovadas de estudá-la como uma elite; os problemas e as possibilidades dos estudos prosopográficos; as modalidades de exercício dos cargos políticos e seus diferentes papéis; a questão dos entornos com diferentes especialistas que contribuem para coproduzir a atividade e as decisões políticas cotidianas; as questões de gênero e os avanços díspares em sua representação nas últimas décadas (em contraste com outros grupos que não alcançam a mesma visibilidade/legitimidade em suas reivindicações e mobilizações); a questão da “fila de espera”; e as rotas de acesso mais lentas ou mais rápidas – estas últimas, em momentos de ruptura do campo político – para alcançar posições de poder.

Em suma, seria difícil esgotar os muitos tópicos abordados nesse consistente texto, que foi traduzido para o português especialmente para esta edição, com novas notas e acréscimos do autor, e com um conjunto de esclarecimentos aos/às leitores/as menos familiarizados/as com a política francesa. Sua leitura oferece um mapa da sociologia política naquele país, como ela é praticada

atualmente, e uma revisão dos conceitos em ação, cujo poder heurístico é demonstrado no balanço feito. Esperamos, sobretudo, que ela signifique uma janela para elaborações de possíveis problemas de pesquisa.

As elites políticas não se comportam da mesma maneira o tempo todo e em todos os lugares. Portanto, é válido prestar atenção aos contextos e às conjunturas que as reposicionam, às restrições partidárias e institucionais que pesam sobre elas e aos recursos mobilizados, pois assim podemos ter uma compreensão mais completa desses processos e de seus cursos de ação. Em seu artigo, Gené analisa um novo tipo de elite política, até então inexperiente ou relativamente marginal, que chegou ao poder no contexto da rápida escalada do líder da direita radical Javier Milei na Argentina. Com uma estrutura partidária minúscula e impulsionada tanto pelo caráter perturbador de seu líder como pelo contexto de crise econômica prolongada, a nova força política, La Libertad Avanza, chegou à presidência em 2023. Mas o fez com uma fraqueza institucional incomum, com uma minoria muito marcante em ambas as câmaras do Congresso e nenhum governador ou prefeito de seu partido em todo o território nacional. Nesse cenário, os encarregados de negociar com seus pares políticos, que ocupavam os espaços institucionais tradicionalmente reservados a políticos altamente profissionalizados, foram *outsiders*, recém-chegados ou atores que vieram de outras experiências partidárias, mas até agora com pouco poder. A autora traça suas trajetórias e posicionamentos, mostrando o caráter “anti-elite” desses membros, que não contavam com reconhecimento ou prestígio na arena política, e que apresentam uma atitude transgressora, reivindicando forte antagonismo com as elites estabelecidas. Passan-

do das trajetórias às práticas, Gené mostra como, mesmo com recursos políticos limitados, esses agentes foram eficazes no primeiro ano de governo, atingindo parte de suas metas e avançando em seus programas de gestão, deixando perplexos outros atores políticos tradicionais.

A profissionalização das elites políticas ocorre em diferentes escalas e de diversas maneiras. Em países federais como a Argentina e o Brasil, os estudos sobre a política subnacional adquiriram especial relevância e, embora tenham uma longa tradição, somente nas últimas décadas têm sido mais intensamente objeto de investigações sistemáticas. Com enfoques e dinâmicas históricas significativamente contrastantes, os trabalhos de Victoria Ortiz de Rozas e Larissa Rodrigues Vacari de Arruda fornecem chaves à compreensão da especificidade dos parlamentares segundo seus territórios de origem.

O primeiro desses artigos enfoca o trabalho político dos deputados nacionais em relação às suas províncias. Inspirada nas pesquisas de Richard Fenno (2013) e Marc Abélès (2001), Ortiz de Rozas reconstrói a gama de atividades e a intermediação realizada pelos legisladores, mostrando que seu trabalho vai muito além da função de “legislar”. Por meio de uma pesquisa qualitativa baseada em entrevistas em profundidade, ela analisa a agenda dos deputados nacionais além do que acontece dentro do Congresso, bem como qualifica seu trabalho territorial e de “gerenciamento”, detalhando os desafios específicos que enfrentam e os parâmetros pelos quais medem seu sucesso. Assim, a autora nos oferece uma verdadeira sociologia do trabalho político (Hurtado; Paladino; Vommaro, 2018). Ou seja, demonstra a dimensão fundamental de intermediação entre as burocracias nacionais e as demandas locais (de prefeitos

ou governadores, mas também de cidadãos comuns) para determinado tipo de deputado e oferece uma tipologia do trabalho político territorial, que inclui seis modos de atividades: presença “pura” no território; atenção a casos individuais; mediação com mediadores (por exemplo, entre ministérios nacionais e membros das bases territoriais); atuação como “embaixadores” do governo nacional no território; representação do governador perante o governo nacional; e, finalmente, atuação como mediadores do governo provincial no território. Este é um artigo recomendado ao interessados nas elites políticas em ação.

O artigo de Rodrigues Vacari de Arruda, de sua parte, apresenta detalhadamente as trajetórias políticas subnacionais no Brasil, interrogando sobre as bases locais das assembleias legislativas de seis estados da federação, entre 1947 e 1963. A autora demonstra a complexidade da política subnacional, que precisa ser compreendida a partir das suas lógicas particulares de funcionamento. E, como em outros trabalhos deste dossiê, pondera sobre entraves metodológicos enfrentados como a disponibilidade desigual de dados para os diferentes estados brasileiros. Além de trazer à tona perguntas que podemos responder por meio de investigações prosopográficas. Suas descobertas destacam a importância da esfera municipal como um espaço para a formação e para o recrutamento de elites políticas nessas condições. Entretanto, em contraste com a pressuposição de uma trajetória linear partindo do local, regional ao federal, Arruda demonstra que há uma permeabilidade significativa nos Paramentos estadual e federal, permitindo a entrada de novatos. Nesse sentido, apesar de a maioria dos deputados ter experiência política anterior, há também um número significativo de recém-

-chegados, o que sugere uma abertura no sistema político e revela um baixo grau de profissionalização da política até então. Isso refletiria a ausência de etapas ou trajetórias predefinidas para a candidatura ao legislativo estadual, assim como a pluralidade de formas de alcançar esses cargos.

Trajetórias e práticas na política, por sua vez, são condicionadas por formas de hierarquizações sociais e seus efeitos nas classificações dos agentes envolvidos nas disputas por posições de direção da vida social. A seguir, são pontuados algumas linhas de reflexão sobre as relações entre política e estruturas de poder presentes nas contribuições ao dossiê.

2. Elites políticas e estruturas de poder

A dinâmica de atuação e influência das elites políticas não se limita exclusivamente à ação dos atores na cena das estruturas, organizações e instituições propriamente políticas. As contribuições reunidas neste dossiê abordam igualmente aspectos da composição das elites políticas ligados às configurações do Estado e às relações com outras hierarquias de poder na sociedade, bem como à ocupação de posições sociais.

Uma das contribuições da ciência política tem sido a de examinar o desenvolvimento e os processos de autonomização relativa das instituições e dos atores políticos. As análises têm apontado à convergência histórica entre o nascimento e o desenvolvimento dos Estados-nações e a consolidação dos mecanismos de formação, especialização e profissionalização das elites políticas. É nesse processo que os “profissionais da política” conseguiriam, progressivamente, constituir-se enquanto quadros dirigentes com ingerência em outros domínios do espaço do poder. No entanto,

mesmo nas perspectivas mais otimistas, são levantados os limites de autonomia da intervenção das elites políticas nos sistemas capitalistas. Assim como reconhecida a persistência de modos de influência política e de utilização de prerrogativas acionados por parte das elites econômicas no intuito de preservar privilégios. A problematização dessas questões recoloca a preocupação recorrente nos estudos sobre elites políticas de tratar a relação entre o poder político e o poder econômico.

Entre a autonomização e a subordinação, o estudo empírico das relações entre as elites empresariais e as elites políticas, bem como entre as elites econômicas e as elites estatais, surge como temática de crescente relevância tanto no debate contemporâneo mais amplo como para os investimentos em análises de contextos e de conjunturas mais específicas. Nesse caso, os estudos têm abordado as redes interpessoais e as relações inter-elites, assim como os mecanismos utilizados por seus membros para justificar privilégios e legitimar hierarquias sociais, que fazem parte dos processos mais gerais de reprodução da ordem política e social.

Ana Castellani e Julia Gentile vão ao cerne dessas questões, tratando, no manuscrito em coautoria, da circulação das elites entre as esferas pública e privada, em particular por meio dos chamados mecanismos de porta giratória, em um estudo pontual do gabinete do ex-presidente Mauricio Macri na Argentina. A pesquisa foi centrada no exame do risco de exposição a conflitos de interesse dos membros do executivo após o término do mandato em cargos públicos. As autoras utilizam o conceito de *risco potencial de conflito de interesses*, baseando-se em estudos e debates existentes na literatura especializada. Em contraste com o discurso oficial dos porta-vozes da extrema-direita

– que defendem serem os empresários menos propensos a comportamentos corruptos do que os funcionários públicos, porque não dependem da remuneração salarial –, Castellani e Gentile apresentam uma perspectiva crítica, baseada em evidência empírica internacional, que mostra o contrário: quanto maior for a circulação interpessoal nos cargos de decisão entre as esferas privada e pública, maiores são os riscos de colusão de interesses e de captura das decisões públicas e dos altos funcionários da burocracia estatal por interesses privados.

O estudo quantifica a proporção de empresários no gabinete de Macri. Quando da formação do seu governo, a percentagem de políticos que vinham do setor empresarial era de 24%. A contribuição do artigo é examinar as suas carreiras após a passagem pelo gabinete, observando que 33% dos funcionários públicos ocuparam posteriormente cargos privados, de gestão, sócios ou acionistas em empresas. O risco de exposição a conflitos de interesses se mostrou mais acentuado em áreas ligadas à economia, à produção, ao ambiente e às comunicações.

Em outra escala e configuração, as lógicas e figuras políticas aparecem como parte de engrenagens que imbricam diferentes domínios e desvelam as dimensões simbólicas de ação e consagração dos agentes políticos. A relação entre posições de poder na política e na economia é também o tema do artigo de Gabriel Simon Machado, que se dedica à análise da trajetória do político e empresário Artur Müller, de Jaraguá do Sul, no estado de Santa Catarina (Brasil). À primeira vista, parece tratar-se de estudo de um perfil histórico específico de líder local atuante entre as décadas de 1920 e 1950. No entanto, a análise histórica e sociológica, finamente operacionalizada, revela condicionantes e princípios, não apenas

políticos e econômicos, que presidem a participação de empresários entre as elites que lideraram os processos de modernização (sob condições consideradas “oligárquicas” e “autoritárias”) do Brasil na primeira metade do século XX.

Artur Müller teve um papel preponderante na política local em uma região, que fez parte do polo de modernização industrial do sul do Brasil. E a pesquisa demonstra aspectos originais da conformação de famílias de empresários descendentes de imigrantes. Especialmente, o autor investiga os impactos da ascensão de uma organização política fascista, a Ação Integralista Brasileira, e da emergência do “Estado Novo” nas disputas entre as elites locais.

O líder em questão é um caso exemplar da capacidade de adaptação às reconfigurações das lutas partidárias e à reestruturação dos regimes políticos dos mediadores políticos e culturais naquele contexto, graças à mobilização de recursos econômicos, reconhecimentos e redes de relações acumuladas. Afora a impecável reconstituição histórica e a caracterização cuidadosa da personalidade política, adiciona-se que os discursos, as estratégias e as formas de legitimação apuradas permitem verificar bases de persistência e influência, ainda hoje, de tradições políticas autoritárias e conservadoras nos estados do sul do Brasil. A ênfase nessa dimensão histórica e diacrônica pode, sem dúvida, embasar a compreensão das concorrências políticas contemporâneas. E, do mesmo modo, as formas de compreender e lidar com o passado pode se constituir em uma “arma política” eficiente.

Outra via para pensar fusões entre domínios de empreendimentos dos grupos dirigentes, as transformações e as continuidades relativas ao exercício do poder político, é aquela de se detém na análise das compe-

tências valorizadas e em como elas incidem na hierarquização dos papéis dos dirigentes. Com efeito, várias investigações têm abordado as relações entre elites políticas e burocráticas, entre diferentes segmentos dessas elites (militares, civis, jurídicas, etc.), bem como focalizando diversas escalas de ação: subnacional, nacional e global (Sassen, 2007).

No artigo de Fabiano Engelmann, Lucas Pilau e Eduardo Menuzzi são abordadas as conexões multinacionais das elites jurídicas brasileiras por meio de sua participação em redes internacionais de cooperação anticorrupção, entre 2008 e 2018. Para tanto, por um lado, apresentam uma vasta bibliografia que discorre sobre a circulação internacional de agentes situados em altas posições dos domínios jurídicos em consonância com a expansão da agenda global sobre o controle e combate à corrupção, promovida por instituições estrangeiras e organizações de cooperação internacional. Por outro lado, os autores reúnem robusto material empírico sobre as carreiras dessas elites no Brasil, realçando o contínuo impulso da sua atuação no exterior, do acúmulo e das trocas de conhecimentos especializados e da adoção de modelos normativos e organizacionais. Eles enfatizam, igualmente, o peso do estabelecimento de redes de relações e de inscrições em organismos e instituições de cooperação internacional, cuja intensificação tem reforçado o seu protagonismo no campo jurídico brasileiro.

Grande parte da sociologia das elites tem sido orientada para a compreensão das formas de objetivação do poder político e de reprodução das desigualdades. Com esse intuito, estudiosos e estudiosas têm explorado tanto os processos de formação, acumulação e concentração de recursos, redes e privilégios nas elites como a relação dinâmica entre posições e formas de poder e de desi-

gualdades. Nessa linha, os recursos de poder das elites não são apenas constitutivos, mas também constituídos e situados em contextos e estruturas de dominação. Entretanto, há circunstâncias de conflitos nos segmentos localizados no topo das hierarquias políticas e sociais, que podem resultar na sua fragmentação e gerar crises propícias à deflagração de embates mais amplos, envolvendo grupos, categorias e classes subalternas, que entram no jogo em condições de questionar as suas bases. Nesse sentido, o delineamento de divisões sociais e a emergência de lutas de vários tipos (como discriminações de classe, étnico-racial e sociocultural) podem ser ricos objetos de análise das elites políticas.

Nessa direção, o artigo de Miguel Serna aborda as desigualdades de gênero nas elites políticas. O assunto é analisado por intermédio de duas abordagens paralelas. Por um lado, efetua estudo qualitativo sobre as percepções acerca da inclusão das mulheres em altas posições políticas, persistências e mudanças a longo prazo. Para tanto, o conceito de convulsões nas hierarquias de poder (Martuccelli, 2021) é introduzido para compreender duas faces das transformações nos espaços políticos contemporâneos: 1) a continuidade do viés masculino, mesmo com a incorporação das mulheres no universo da política; 2) as fissuras nos muros, as mudanças culturais e as disputas provocadas. Por outro lado, utiliza perspectiva comparativa no âmbito da América-Latina ao pesquisar as interpretações de acadêmicos da Argentina, Brasil, Chile, México e Uruguai sobre o fenômeno.

Novamente, temos neste dossiê a oportunidade de percorrer estudos com dessemelhantes escalas e configurações de análise, entretanto sem perder de vista o potencial analítico desses empreendimentos contrastantes.

Letícia Nedel também investiga mulheres que, apesar de não exercerem cargos políticos, estão enredadas em teias de relações de poder e fazem parte da cúpula de uma elite política, social e cultural brasileira. No artigo publicado neste fascículo, a autora trata especificamente das correspondências trocadas entre Alzira Vargas do Amaral Peixoto (filha do ex-presidente da República Getúlio Vargas) e sua afilhada, a artista plástica Debora Leão Wainer Oliveira, conhecida com Pinky, filha da jornalista Danuza Leão e do jornalista Samuel Wainer (fundador e proprietário do Jornal Última Hora e pessoa muito próxima pessoal e politicamente da “família Vargas”). Ao explorar esse material e a reconstrução que essas duas mulheres (de gerações e relações com a política muito discrepantes) fazem de uma “trama pessoal e histórica”, Nedel expõe os micros e imbricados dispositivos de transmissão entre elas de um *savoir faire* voltado ao agenciamento do espólio documental dos seus pais e, por esse intermédio, da “memória familiar”. E constata que, em ambos os casos, as interlocutoras e herdeiras são movidas tanto por expectativas de reparação da identidade dos genitores, logo das famílias, como por sentimentos de serem vítimas de uma “violência política”. Sobretudo, demonstra o caráter promissor do esmiuçamento de indícios históricos deixados sobre condutas e relações à compreensão do trabalho de edificação de determinados protagonistas da história política.

3. Metodologias de análise de elites

Como salientado na abertura deste texto, há uma profusão de estratégias metodológicas eficientes aos estudos de elites. Nas últimas décadas, pesquisadores e pesquisadoras, que se identificam com essa rubri-

ca e desenvolvem seus estudos nos marcos da *sociologia política*, têm mobilizado de forma criativa os instrumentos de análise disponíveis nas ciências humanas e sociais – o que pode ser constatado em muitas coletâneas organizadas (Grill e Reis, 2020; Nercessian, Robles-Rivera e Serna, 2023; Vommaro e Gené, 2018; Perissinoto e Codato, 2016; Seidl e Grill, 2013).

Este dossiê, por sua vez, traz ricas discussões à fertilidade de determinadas fontes e ao emprego de certas formas de coleta/sistematização de dados, que podem inspirar outras pesquisas nesta mesma seara. Muitas dessas alternativas aparecem operadas nas práticas de pesquisa e nas ponderações analíticas, como são os casos dos modos de empreender enquetes prosopográficas, estudos etnográficos e pesquisas em arquivos e jornais, por exemplo.

Apesar dos instrumentos prosperarem diferentemente e ocuparem lugares desigualmente centrais nas distintas disciplinas e especializações (principalmente na Sociologia, Ciência Política, Antropologia e História), os métodos passíveis de serem empregados podem compor um arsenal de bases e procedimentos produtivos. Notadamente, podemos sugerir que eles transcendem às arbitrárias divisões disciplinares e permitem forjar acordos sobre os terrenos de desacordos (Bourdieu, 1996a) aos/às cientistas sociais que estudam as elites e os grupos dirigentes. Neste volume, temos um apanhado bastante representativo das predileções metodológicas indissociáveis dos recortes, ângulos de análise e fundamentações empíricas. Acentua-se, por agora, que os autores e autoras nos brindam com uma pujante carta de orientações acerca das formas de organização e de uso, de forma crítica e reflexiva, de informações sobre origens sociais, perfis, biografias, iti-

nerários, trajetórias e experiências pessoais de agentes.

No texto de fôlego de Michel Offerlé, que abre o dossiê, dispomos de uma miranda panorâmica de procedimentos de cunho qualitativo e quantitativo pertinentes à objetivação das vias de acesso à profissionalização política. Suas formulações nos guiam a pensar sobre os espaços (familiares, escolares, partidários, governamentais, parlamentares, *think tanks*, etc.) a partir dos quais os agentes: são socializados com as regras formais e informais vigentes nos domínios da política; adquirem competências ou recursos de lutas; e conquistam, administram e ampliam suas redes de relações. Nesse sentido, o autor informa ser acertado e indispensável recorrer: às sociografias de políticos profissionais; às etnografias sobre suas *entourages* (equipes de campanhas, de órgãos de governos e de mandatos legislativos); à análise das agendas dos políticos ou dos seus arquivos; à cobertura jornalística e demais interpretações (depreciativas ou valorizadoras) de certas práticas ou perfis (feitas pelos próprios políticos e por intelectuais, entre os quais os próprios cientistas sociais). Dimensões que explicitam concepções concorrentes dos modos legítimos de ocupar posições e prescrevem papéis a serem desempenhados.

Por intermédio dos usos de diferentes técnicas, Mariana Gené, Victoria Ortiz de Rozas, Gabriel Simon Machado e Leticia Borges Nedel deslindaram espaços de socialização e aquisição de disposições (específicas, pois situadas em conjunturas e espaços territoriais de intervenção particulares) ao exercício de papéis exigidos nos domínios de poder. Enquanto Gené e Ortiz de Rozas privilegiaram a realização de entrevistas com os protagonistas de dinâmicas políticas recentes; Nedel e Machado recorreram

à exploração sistemática de periódicos, correspondências, memórias e biografias pessoais, no intuito de reconstituir disputas e representações recuadas no tempo.

Cumprir grifar o tratamento conferido aos jornais como meios de expressão das lutas políticas. Nos artigos de Gené, Nedel e Machado esses veículos aparecem não apenas como fontes para a coleta de informações sobre as características dos agentes e suas tomadas de posição, mas são situados como investimentos (materiais e simbólicos) de “projetos coletivos” (de famílias, facções, partidos, grupos de interesses, enfim, de coalizões interpessoais de vários tipos). Ademais, autoras e autor demonstram que eles funcionam como ferramentas de embates simultaneamente políticos (em eleições e/ou condução de governos) e culturais (em torno de visões e leituras concorrentes sobre as problemáticas as mais diversas e etiquetas que interligam forças sociais em enfrentamentos).

Soma-se a isso que os materiais sortidos, agilizados nesses trabalhos, garantiram sólidas caracterizações qualitativas dos perfis dos agentes examinados. Isto é, encontramos nesses artigos desvelo no esquadrinha das origens sociais, dos investimentos escolares e profissionais, das divisões etária e de gênero. Bem como na apreensão do quanto esses “dados” interferem no trabalho de dominação de grupos familiares; na administração de vínculos de toda ordem; nas estratégias de sociodiceias; e nos princípios de legitimação acionados por personagens de destaque em cenários dessemelhantes em termos de períodos, nações, escalas de ação, posições no espaço de poder e assim por diante.

Em outro conjunto de investigações que formam esta coletânea, averiguamos a mesma diligência, porém, executada com a

aplicação de procedimentos mais quantitativos. Esses são os casos das pesquisas conduzidas por Ana G. Castellani e Julia N. Gentile, por Larissa Vacari de Arruda, e por Fabiano Engelmann, Lucas B. Pilau e Eduardo M. Menuzzi.

De novo ganha relevo a diversidade de fontes sondadas nos estudos sobre diferentes segmentos de elites: parlamentares, burocráticas e administrativas. Mais precisamente, para o tratamento de universos constituídos por deputados estaduais brasileiros, por ocupantes de altos cargos administrativos em ministérios com inscrição nos domínios empresariais, e por procuradores da República, advogados da União e delegados federais, autores e autoras lançam mão da construção de bancos de dados para a sistematização e cotejamento de informações. E, por esse intermédio, conseguem recompor trajetórias sociais pertinentes às problemáticas de pesquisa construídas.

A identificação de recorrências ou disparidades nos deslocamentos, posições e posicionamentos dos agentes investigados possibilitou cartografar as relações entre: carreiras prévias e recrutamento parlamentar; trânsitos de posições governamentais para domínios de grandes empresas e representação/conflito de interesses; circulações/conexões internacionais, combate à corrupção e afirmação no espaço de poder nacional. Cumprir frisar como, para tanto, são utilizados dados biográficos publicizados e disponibilizados ao “grande público” em locais como: sites de poderes legislativos, dicionários biográficos, currículos disponíveis na internet, periódicos e documentos de origem governamental ou jurídica.

Sendo assim, percebemos o quanto rentáveis podem ser os levantamentos de informações públicas e as mensurações es-

tatísticas. Isso, é claro, desde que sejam orientados por rigorosa construção de objeto, meticulosa vigilância acerca dos vieses imprimidos pelas instituições produtoras e criatividade na organização do material.

Cabe salientar que um dos artigos, em particular, e as três resenhas que compõem esta coletânea se concentram em questões especificamente de natureza metodológica. Desta forma, contribuem à explicitação de um leque abrangente de instrumentos e procedimentos atinentes ao campo de estudos sobre elites.

Não há dúvida de que espaços de armazenamento de informações (individuais e coletivas) guardam muita proximidade com o universo das elites, ou daqueles em condições de conceber e sustentar os seus objetos e a si mesmos como dignos de serem “guardados”. Sejam eles públicos ou privados, esses *lugares de memória* constituem objeto de interesse, no sentido dado por Bourdieu (1996b), de pessoas que concentram recursos econômicos, políticos e culturais, assim como de seus herdeiros. E, durante muito tempo, o registro e as formas de contar e de perpetuar a história confundiram-se com o enaltecimento das “vidas” e dos feitos dos “grandes homens”, edificados como “vultos” ou “heróis” (Coradini, 1998; Reis; Barreira, 2018). Ambiguidades entre as construções biográficas de figuras ilustres (sobretudo políticos e militares) e o trabalho historiográfico, assim como as fusões entre “história” e “memória” (nacional e regional), constituem-se em desafios a serem encarados quando, inescapavelmente, todos os caminhos levavam investigadores e investigadoras das elites a esses lugares de consagração.

Não é por acaso, então, a alta estima que os historiadores nutrem pelos arquivos, como destaca Letícia Nedel em manuscrito

que compõe o dossiê. No entanto, ela nos lembra enfática e convincentemente da necessidade de toda uma série reorientações no modo de olhar os “documentos arquivados”.

A autora recomenda que os estudos de elite busquem as “lógicas que presidem os processos de arquivamento e uso de documentos privados”, notadamente percebendo “os enquadramentos narrativos do passado operados em espaços onde a posse de documentos de valor permanente funciona como recurso de dominação simbólica e consagração social”. Por serem “artefatos culturais”, os documentos arquivados desempenham “um papel fundamental nas lutas memoriais” e, tendo isso em vista: “a crítica documental (...) deveria, idealmente, considerar não apenas o conteúdo dos arquivos, mas os gestos de arquivamento, os processos de constituição, preservação e uso dos documentos integrados ao *corpus* da pesquisa”. No seu caso particular, implicou em indagar “como o estudo de arquivos pessoais pode auxiliar à compreensão dos processos de transmissão cultural entre as elites”.

Por conseguinte, devemos pensar como os acervos acumulados sobre certos personagens e a forma como são preservados, selecionados, organizados e transmitidos constituem vias para apreensão de princípios de hierarquização social. Ao que se soma a possibilidade de examinar as estratégias de gestão de “legados” como parte da fabricação de *identidades estratégicas* (Collovald, 1988) de “pessoas” e “famílias” bem alocadas no espaço do poder. Dimensões incontornáveis ao entendimento das bases de legitimação das elites.

Ainda no campo da historiografia, assim como da sociologia histórica (área de estudo partilhada por sociólogos, historiadores e cientistas políticos), é possível identificar a multiplicação de trabalhos prosopográficos

cos que impactaram decisivamente os estudos de elites. E esse crescimento exponencial estaria ligado a fatores acadêmicos – por exemplo, o aumento do interesse de estudiosos das ciências humanas pelas experiências individuais e pela diversidade de trajetórias em uma mesma extração social –; e fatores técnicos – em especial o incremento dos aparatos dedicados a armazenar, sistematizar e cruzar dados via uso da informática (Charle, 2018).

As instituições que selecionam/produzem “elites”, e nas quais elas atuam, costumam ser zelosas com suas “imagens coletivas”. Dessa preocupação deriva a tendência a produzirem repertórios biográficos sobre os seus membros. E, assim, as hagiografias (por definição, laudatórias) produzidas passaram a servir simultaneamente como fontes e objetos de pesquisa, pois fornecem muito mais que dados biográficos. Elas informam propriedades valorizadas, selecionadas e consagradas por certos grupos sociais (profissionais, políticos, militares, intelectuais, religiosos...) em instâncias em que são representados, no duplo sentido. E trazem à superfície mecanismos, processos, instrumentos e práticas acionados à eternização de “ícones” (indivíduos celebrados) e à fabricação de memórias institucionais. Também neste caso, observamos que pouco a pouco os/as pesquisadores/as de segmentos de grupos dirigentes passaram a adotar uma atitude menos passiva e mais reflexiva, crítica e construtiva (ativa) diante desse tipo de material. Importando indagar sobre as: características dos agentes individuais e coletivos responsáveis pela fabricação dos *corpus* e suas estratégias; hierarquizações que promovem no interior de dadas populações; censuras, silenciamentos e triagens de informações que realizam; e lógicas de aferição de estimas sociais em pauta e suas transformações no curso da história

(Coradini, 1998; Reis; Barreira, 2018; Rossatti; Bordignon, 2022).

Como caso ilustrativo de estudo propopográfico realizado nos últimos anos na intersecção entre historiografia, sociologia e ciência política, Eduardo Venâncio Abreu resenhou para este dossiê o livro “Os donos do direito: a biografia coletiva dos ministros do STF (1988-2013)”. A coletânea – organizada por Fernando Fontainha, Rafael Queiroz, Angela Domingues da Silva e Marco Vannuchi de Mattos – é resultante de empreendimento coletivo de pesquisa. Para a caracterização dos membros da mais alta corte do judiciário brasileiro (o Supremo Tribunal Federal), um grupo formado por mais dez pesquisadores e pesquisadoras lançaram mão de verbetes biográficos existentes sobre os ministros, juntamente com dados extraído das suas pastas disponíveis no site do STF e entrevistas realizadas com eles. Abreu ressalta a importância dessa investigação para futuros trabalhos, mas também a necessidade desse tipo de pesquisa ser complementada com análises pormenorizadas de casos específicos, que atentem mais detidamente (de forma qualitativa) sobre os vínculos pessoais tecidos no transcorrer das trajetórias e sobre os investimentos de “instâncias de consagração” com vistas à inscrição dos ministros em “panteões”.

A imersão etnográfica está para os antropólogos assim como a imersão nos arquivos está para os historiadores. Quer dizer, o trabalho de campo via observação direta, *in loco* e participante (essa última característica assumindo significados heterogêneos conforme a postura epistemológica) foi demarcadora da identidade profissional dos praticantes da disciplina. E também se expandiu paulatinamente, como prática de pesquisa, para outras áreas.

Com efeito, deixou marcas na sociologia política e na sociologia histórica comparativa do político na França, e até mesmo na ciência política norte-americana (reconhecidamente de inclinação majoritariamente quantitativista). Tal constatação consta na introdução do livro “Ethnographie(s) politique(s): méthodes, objets et terrains” – organizado e apresentado por Avanza, Mazouz e Pudal (2024) – e resenhado neste número por Luan Canavieira e Sonayra Carneiro.

Ele e ela, ao comentarem os capítulos da coletânea, realçam que a abordagem etnográfica enriquece a compreensão de dimensões de análise centrais à sociologia e à ciência política, por conseguinte, às análises de grupos dirigentes. Entre elas: as distintas representações partilhadas, transmitidas e disputadas sobre a política; as condições e condicionantes de engajamentos; o funcionamento de instituições; a circulação de profissionais, competências e ideias (no plano nacional e transnacional); os dispositivos, discursos e práticas mobilizadas nas políticas públicas; e assim por diante.

Os ganhos da combinação de tratamentos quantitativos e qualitativos são indiscutíveis e foram suficientemente sublinhados nesta apresentação. Exatamente por isso, parece correto finalizar com uma menção ao texto de Carolina Glasserman Apicella. Em sua resenha do livro de Etienne Ollion, intitulado “Les candidats. Novices et professionnels en politique”, Glasserman Apicella nos mostra a importância da utilização conjunta feita pelo autor tanto da caracterização morfológica do parlamento francês, e suas variações conjunturais, como de etnografias, entrevistas e mapas auto-organizados (*self-organizing maps*, SOM). Por meio delas, Ollion chega, como a resenhista grifa, a classificações de trajetórias de acesso à Assembleia Nacional daquele país e a perfis

de representantes (segundo as prioridades conferidas aos mandatos). Desse modo, a ideia propagada de renovação (por conta da entrada no Palácio Bourbon de um contingente jamais visto de *outsiders* em 2017) dá lugar a visualização da reprodução das hierarquias no campo político por conta da experiência prévia de uns vis-à-vis a in experiência de outros.

Para finalizar, vale registrar que o dossiê foi pensado ao mesmo tempo como um espaço aberto para trazer novamente, e de forma renovada, a pertinência de debates acerca dos estudos das elites, suas novas e velhas questões, e para contribuir com pesquisas empíricas e reflexões teóricas que permitam uma compreensão mais ampla dos papéis que elas têm nas instituições, estruturas e campos de poder.

Referências

- ABÉLÈS, M. *Un ethnologue à l'Assemblée*. Paris: Odile Jacob, 2001.
- BOURDIEU, P. *As regras da arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996a.
- BOURDIEU, P. É possível um ato desinteressado? In: BOURDIEU, P. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996b. p. 137-156.
- CHARLE, C. *Homo historicus: reflexões sobre a história, os historiadores e as ciências sociais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Rio de Janeiro: FGV, 2018.
- COLLOVALD, A. *Identité(s) stratégique(s)*. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 73, n.1, p. 29-40, 1988.
- CORADINI, O. L. Panteões, iconoclastas e as ciências sociais. In: FELIX, L. O. ELMIR, C. (Orgs.)

Mitos e heróis: construção de imaginários> Porto Alegre: EDUFRGS, 1998, p. 209-235.

DAMAMME, D. Professionnel de la politique, un métier peu avouable. In: OFFERLÉ, M. (Org.). La profession politique, XIX^e-XX^e siècles. Paris: Belin, 1999, p. 37-67,.

FENNO, R. F. **The Challenge of Congressional Representation**. Cambridge: Harvard. University Press, 2013.

GRILL, I. G; REIS, E. T dos. **Grupos dirigentes e domínios políticos na América Latina**. o trabalho de representação de interesses em múltiplas escalas. Projeto de pesquisa. São Luís, 2023.

GRILL, I. G; REIS, E. T dos. **Estudos de elites e formas de dominação**. São Luís/São Leopoldo: EDUFMA/OIKOS, 2020.

GRILL, I. G; REIS, E. T dos. **Elites parlamentares e a dupla arte de representar**. Intersecções entre “política” e “cultura” no Brasil. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

HURTADO, E.; PALADINO, M.; VOMMARO, G. Las dimensiones del trabajo político: destrezas, escalas, recursos y trayectorias. *Iconos*, n. 60, v. 22, p. 11-29, 2018.

LÉVÊQUE, S. “L’entrée en politique”. *Bibliographie sur es conditions sociales de la professionnalisation et de la “réussite” politique en France*. *Politix*, v., 9, n.º 35, p. 171-187, 1996.

LEVITA, G. Instituciones, sociabilidades y nuevos liderazgos. Tres perspectivas para el estudio de las entradas a la política en la Argentina contemporánea. *PostData*, v. 24, n.º 2, p. 451-479, 2019.

MARTUCELLI D. **El nuevo gobierno de los individuos**. Controles, creencias y jerarquías. Santiago de Chile, Ed.LOM, 2021.

MICHON, S ; OLLION, E. Retour sur la professionnalisation politique. *Sociologie du Travail*, v. 60, n.º 1, 2018.

NERCESSIAN, I.; ROBLES-RIVERA, F; SERNA, M.

(Orgs.). **Las tramas del poder en América Latina**. Elites y privilegios. Ciudad de México: IIS-CLACSO, 2023.

OFFERLÉ, M. Los oficios, la profesión y la vocación de la política. *Polhis*, v. 7, p. 84-99, 2011.

OFFERLÉ, M.; SAWICKI, F. (Orgs.). **Entrées en politique: apprentissages et savoir-faire**. Paris: L’Harmattan, 1996.

PERISSINOTTO R., CODATO A. (Orgs.). **Como estudar elites**. Curitiba, Editora UFPR, 2016.

ROSSATI, C.; BORDIGNON, R. Narrar uma vida e se inscrever na história: percursos do biográfico ao sociológico. *Política & Sociedade*, V. 21, n.º50, p. 7-25, 2022.

REIS, E. T. dos; BARREIRA, I. Alusões biográficas e trajetórias: entre esquemas analíticos e usos flexíveis. *BIB*, n. 86, p. 36-67, 2º sem. 2018.

SASSEN, S. **Una sociología de la globalización**. Buenos Aires: Katz Editores, 2007.

SEIDL, E; GRILL, I. G. (Orgs.). **As Ciências Sociais e os espaços da política no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013.

VOMMARO, G.; GENÉ, M. (Orgs.) **Las élites políticas en el Sur**. Un estado de la cuestión de los estudios sobre Argentina, Brasil y Chile. Los Polvorines: Ediciones UNGS, 2018.

WEBER, Max. La política como vocación. In: WEBER, M. **El político y el científico**. Buenos Aires, Aceditores, 2002.